JNT FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL
ISSN: 2526-4281 - ANO 2026 - MÊS DE OUTUBRO
Ed. 78. Vol. 2 - Págs. 405-420
DOI: 10.5281/zenodo.23693002



CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

QUALIS A2



ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA AUTOMEDICAÇÃO FRENTE AOS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA ESCOLHA DE MEDICAMENTOS[1]

NURSING ROLE IN PREVENTING SELF-MEDICATION IN LIGHT OF THE IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON MEDICATION CHOICES

Maria Clara Guimarães BORGES
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: guimaraesborges57@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0004-2156-7249

Yasmim Araújo DIAS
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: yasmimaraujodias@outlook.com.br
ORCID: http://orcid.org/0009-0000-8461-7320

Jocirley de OLIVEIRA
Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)
E-mail: oliveiraaraguaina2013@gmail.com
ORCID: http://orcid.org/0009-0008-4126-0091

RESUMO

A automedicação constitui um problema de saúde pública por expor indivíduos a reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações, resistência antimicrobiana e atraso no diagnóstico. No ambiente digital, esse risco é ampliado pela circulação de conteúdos sem validação científica, recomendações de influenciadores e relatos pessoais que podem orientar escolhas inseguras. Este estudo teve como objetivo analisar a atuação da enfermagem na prevenção da automedicação diante dos impactos das redes sociais na escolha de medicamentos, destacando estratégias educativas voltadas ao uso racional e à segurança do paciente. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório, desenvolvida mediante análise de livros, artigos científicos e documentos institucionais relacionados à automedicação, à educação em saúde, à alfabetização digital e à prática de enfermagem. Os resultados evidenciaram que a facilidade de acesso a informações e medicamentos, somada à baixa capacidade de avaliar fontes digitais, favorece o autodiagnóstico e o consumo inadequado de fármacos. Constatou-se que o enfermeiro ocupa posição estratégica para identificar

[1] COMO CITAR: (ABNT): BORGES, M. C. G.; DIAS, Y. D.; OLIVEIRA, J. Atuação da Enfermagem na Prevenção da Automedicação Frente aos Impactos das Redes Sociais na Escolha de Medicamentos. **JNT Facit Business and Technology Journal.** Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Outubro de 2026 - Ed. 78. VOL. 02. Págs. 405-420. Disponível: http://revistas.faculdadefacit.edu.br. Acesso em: ___/___/___.

práticas de risco, esclarecer dúvidas, orientar sobre efeitos adversos e promover a avaliação crítica dos conteúdos online. Conclui-se que ações educativas individualizadas e coletivas, articuladas à comunicação responsável em ambientes digitais, fortalecem a autonomia dos usuários e contribuem para prevenir danos relacionados à automedicação.

Palavras-chave: Automedicação. Redes sociais. Enfermagem. Educação em saúde.

ABSTRACT

Self-medication is a public health problem because it exposes individuals to adverse reactions, drug interactions, poisoning, antimicrobial resistance, and delayed diagnosis. In the digital environment, this risk is intensified by the circulation of content lacking scientific validation, recommendations from influencers, and personal reports that may guide unsafe choices. This study aimed to analyze nursing practice in preventing self-medication in view of the impacts of social media on medication choice, highlighting educational strategies focused on rational use and patient safety. This is bibliographic and documentary research with a qualitative, descriptive, and exploratory approach, developed through the analysis of books, scientific articles, and institutional documents related to self-medication, health education, digital health literacy, and nursing practice. The results showed that easy access to information and medications, combined with a limited ability to assess digital sources, favors self-diagnosis and inappropriate drug consumption. Nurses were found to hold a strategic position in identifying risky practices, clarifying doubts, providing guidance on adverse effects, and promoting critical assessment of online content. It is concluded that individualized and collective educational actions, combined with responsible communication in digital environments, strengthen users' autonomy and help prevent harm related to self-medication.

Keywords: Self-medication. Social media. Nursing. Health education.

INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática crescente em todo o mundo e consiste no uso de medicamentos sem prescrição médica ou orientação profissional adequada. Esse comportamento apresenta riscos significativos à saúde, incluindo reações adversas, interações medicamentosas, uso inadequado de doses e prolongamento de doenças,

o que evidencia a necessidade de ações preventivas no contexto da assistência de enfermagem.

Nos últimos anos, as redes sociais passaram a exercer forte influência no comportamento da população em relação à saúde. Informações sobre medicamentos, tratamentos e terapias compartilhadas em plataformas digitais têm incentivado a prática da automedicação, muitas vezes sem a devida verificação da segurança ou eficácia das substâncias utilizadas.

A disseminação rápida de conteúdos de saúde nas redes sociais, incluindo vídeos, posts e grupos de discussão, aumenta a exposição do público a informações muitas vezes equivocadas ou sem embasamento científico. Essa realidade evidencia a necessidade de que os profissionais de saúde, especialmente a enfermagem, atuem de maneira preventiva, orientando pacientes e promovendo conscientização sobre os riscos do uso inadequado de medicamentos.

O papel do enfermeiro é fundamental nesse contexto, uma vez que esse profissional possui contato direto com o paciente em diferentes níveis de atenção à saúde. A enfermagem pode atuar na orientação sobre os efeitos adversos de medicamentos, no esclarecimento de dúvidas e na promoção de práticas seguras, prevenindo danos relacionados à automedicação.

A atuação da enfermagem deve contemplar estratégias educativas, incluindo palestras, materiais informativos e aconselhamento individual, que promovam a alfabetização em saúde e o pensamento crítico em relação às informações obtidas em redes sociais. Esse conjunto de ações contribui para a redução de riscos e fortalece a segurança do paciente.

Estudos apontam que a automedicação impulsionada por influências externas, como redes sociais, é mais prevalente entre determinados grupos populacionais, incluindo jovens e adultos com acesso facilitado à internet. Reconhecer esses perfis é essencial para que as estratégias de enfermagem sejam direcionadas e efetivas, aumentando o alcance das ações preventivas.

Apesar da relevância do tema, observa-se que ainda há lacunas na prática profissional, principalmente quanto à intervenção proativa da enfermagem no monitoramento da influência das redes sociais sobre a automedicação. A identificação desses desafios permite que medidas educativas e preventivas sejam melhor planejadas e implementadas.

Diante desse contexto, torna-se essencial analisar a atuação da enfermagem frente à influência das redes sociais na prática da automedicação. Este estudo busca compreender como o enfermeiro pode promover a prevenção, a educação e a

orientação adequada ao paciente, garantindo o uso seguro de medicamentos e contribuindo para a promoção da saúde na sociedade contemporânea.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, caráter descritivo e exploratório. A opção por esse delineamento permitiu reunir e interpretar conhecimentos já produzidos sobre automedicação, influência das redes sociais, educação em saúde, alfabetização em saúde digital e atuação da enfermagem, sem a realização de coleta de dados em campo ou abordagem direta de seres humanos.

O levantamento bibliográfico considerou livros e artigos científicos pertinentes ao tema, enquanto a pesquisa documental abrangeu publicações institucionais e materiais técnicos voltados ao uso racional de medicamentos e à segurança do paciente. Foram priorizados textos que apresentassem relação direta com o objetivo do estudo, consistência temática e contribuição para a compreensão dos riscos da automedicação e das possibilidades de intervenção da enfermagem. Materiais repetidos, sem pertinência com o problema investigado ou sem elementos suficientes para a análise foram desconsiderados.

Após a leitura exploratória e analítica, as informações foram organizadas em quatro eixos: conceitos, fatores de risco e impactos da automedicação; influência das redes sociais no comportamento em saúde e no uso de medicamentos; educação e alfabetização em saúde como estratégias preventivas; e atuação da enfermagem na orientação e promoção do uso racional de medicamentos. A interpretação qualitativa buscou identificar convergências, relações e implicações para a prática profissional, garantindo alinhamento entre o objetivo, o referencial teórico, a discussão e as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Automedicação: Conceitos, Fatores de Risco e Impactos na Saúde

A automedicação é caracterizada pelo uso de medicamentos por iniciativa própria, sem prescrição ou acompanhamento de um profissional de saúde habilitado. Essa prática inclui o uso de fármacos já disponíveis em casa, a reutilização de prescrições antigas ou a aquisição de medicamentos por recomendação de familiares, amigos ou informações obtidas em meios digitais. Embora, em alguns casos, seja motivada pela tentativa de alívio rápido de sintomas leves, a automedicação

representa um problema de saúde pública devido aos riscos que pode acarretar à saúde individual e coletiva.

O conceito de automedicação não se restringe apenas ao uso de medicamentos sem prescrição, mas também abrange o uso incorreto de medicamentos prescritos anteriormente, seja por alteração da dose, prolongamento indevido do tratamento ou interrupção precoce. Esse comportamento compromete a eficácia terapêutica e pode favorecer o agravamento de doenças, mascaramento de sintomas importantes e aumento do risco de eventos adversos. Dessa forma, compreender a amplitude desse fenômeno é fundamental para o planejamento de ações educativas e preventivas.

Diversos fatores contribuem para a prática da automedicação, entre os quais se destacam a facilidade de acesso a medicamentos, a percepção equivocada de que determinados fármacos são inofensivos e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Além disso, fatores socioeconômicos, culturais e educacionais influenciam diretamente o comportamento do indivíduo frente ao uso de medicamentos, tornando o fenômeno multifatorial e complexo.

Outro fator relevante está relacionado à crescente disponibilidade de informações sobre medicamentos em meios digitais. A busca por soluções rápidas para sintomas comuns, associada à influência de familiares, amigos e conteúdos disponíveis em redes sociais, pode estimular a automedicação. Esse cenário contribui para a banalização do uso de medicamentos, sobretudo analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos, muitas vezes utilizados de forma indiscriminada.

A literatura evidencia que a automedicação, quando realizada de forma inadequada, pode acarretar sérias consequências para a saúde. Entre os principais riscos estão as reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações e o desenvolvimento de resistência a determinados fármacos. O uso inadequado de medicamentos, pode dificultar o diagnóstico correto de doenças, retardando o início de tratamentos adequados.

O uso de medicamentos sem orientação profissional pode provocar reações graves e comprometer a segurança do paciente. A avaliação dos benefícios e riscos deve considerar as condições individuais e critérios técnico-científicos, pois todo medicamento apresenta riscos relacionados ao seu consumo (Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2021).

Além dos impactos clínicos, a automedicação também gera consequências para o sistema de saúde. O uso inadequado de medicamentos pode resultar em aumento da demanda por serviços de urgência e emergência, elevação dos custos com

internações e tratamentos de complicações evitáveis. Esses efeitos sobrecarregam os sistemas de saúde e reforçam a necessidade de estratégias preventivas eficazes.

A automedicação também pode comprometer a segurança do paciente ao favorecer o uso incorreto de antibióticos, contribuindo para o aumento da resistência antimicrobiana, considerada uma das maiores ameaças à saúde global. O uso inadequado desses medicamentos reduz sua eficácia ao longo do tempo, dificultando o tratamento de infecções e representando um desafio crescente para a saúde pública.

O uso inadequado de medicamentos, especialmente antibióticos, tem contribuído para o aumento da resistência bacteriana, representando uma ameaça significativa à saúde pública. A automedicação sem orientação profissional potencializa esse problema, comprometendo a eficácia terapêutica e exigindo ações educativas e regulatórias para sua contenção (World Heealth Organization, 2026, p. 49).

A automedicação pode gerar uma falsa sensação de segurança no paciente, levando à subestimação da gravidade dos sintomas e ao adiamento da busca por atendimento profissional. Essa conduta pode resultar na progressão silenciosa de doenças, complicações evitáveis e pior prognóstico clínico, especialmente em condições crônicas ou infecciosas.

Portanto, compreender os fatores de risco e os impactos da automedicação é essencial para a elaboração de estratégias de intervenção eficazes. A promoção da educação em saúde, o fortalecimento da alfabetização em saúde e a orientação profissional adequada são medidas fundamentais para reduzir os riscos associados à automedicação, promover o uso racional de medicamentos e garantir maior segurança ao paciente.

Influência das Redes Sociais no Comportamento em Saúde e Uso de Medicamentos

As redes sociais tornaram-se uma das principais fontes de informação para grande parte da população, influenciando significativamente decisões relacionadas à saúde e ao uso de medicamentos. A popularização das plataformas digitais facilitou o acesso a conteúdos sobre tratamentos, medicamentos, terapias alternativas e experiências pessoais, permitindo que qualquer usuário compartilhe informações com alcance global.

No entanto, a ausência de filtros técnicos e de validação científica torna esse ambiente propício à disseminação de informações incorretas, incompletas ou descontextualizadas. Além disso, a velocidade com que os conteúdos são

compartilhados dificulta a verificação da sua procedência e confiabilidade. Nesse contexto, observa-se o aumento da vulnerabilidade dos usuários diante de dados que não passaram por revisão crítica ou embasamento acadêmico adequado.

No contexto da saúde, as redes sociais têm papel ambivalente. Por um lado, permitem a democratização do conhecimento e ampliam o acesso a informações sobre doenças, prevenção e autocuidado. Por outro, também contribuem para a propagação de conteúdos sem respaldo científico, opiniões pessoais apresentadas como verdades absolutas e orientações equivocadas sobre uso de medicamentos. Essa dualidade evidencia a necessidade de uma análise crítica do conteúdo consumido pelos usuários.

A influência das redes sociais no comportamento em saúde está diretamente associada à forma como as informações são apresentadas. Conteúdos simplificados, depoimentos pessoais e promessas de resultados rápidos tendem a atrair maior atenção e engajamento do público. No entanto, essa simplificação pode ocultar riscos, contraindicações e limitações dos tratamentos, levando à adoção de práticas inadequadas, como a automedicação.

Outro aspecto relevante é a construção da confiança digital. Muitos usuários tendem a confiar em influenciadores, celebridades ou pessoas com experiências semelhantes, mesmo sem formação na área da saúde. Essa confiança pode levar à reprodução de condutas inseguras, como o uso de medicamentos sem prescrição, a interrupção de tratamentos médicos ou a substituição de terapias convencionais por alternativas não comprovadas.

O enfrentamento da desinformação em saúde exige capacitação dos profissionais e divulgação de informações acessíveis e de qualidade. No contexto da COVID-19, a Organização Mundial da Saúde recomendou iniciativas de alfabetização em saúde, informação e tecnologias digitais adaptadas às necessidades de diferentes populações (World Health Organization, 2022).

A velocidade de disseminação das informações também representa um desafio importante. Conteúdos relacionados à saúde podem alcançar milhares de pessoas em poucos minutos, dificultando o controle e a correção de informações incorretas. Algoritmos das plataformas digitais tendem a priorizar conteúdos com maior engajamento, o que nem sempre corresponde à qualidade ou veracidade das informações.

A influência das redes sociais é particularmente relevante entre jovens e adultos, que frequentemente utilizam essas plataformas como principal fonte de informação. Esse público tende a buscar soluções rápidas para sintomas ou condições

de saúde, recorrendo a recomendações encontradas online. Esse comportamento contribui para a normalização da automedicação e reduz a percepção dos riscos associados ao uso inadequado de medicamentos.

A exposição constante a conteúdos relacionados à saúde pode gerar fenômenos como o autodiagnóstico e a medicalização excessiva de sintomas comuns. A interpretação inadequada de informações pode levar indivíduos a acreditarem que apresentam determinadas condições clínicas, resultando na busca por medicamentos sem orientação profissional adequada.

A circulação de conteúdos digitais exige ações que ajudem a população a reconhecer informações enganosas. Entre as estratégias recomendadas para enfrentar a infodemia estão antecipar o esclarecimento de informações falsas e disponibilizar conteúdos confiáveis em formatos adequados ao compartilhamento nas redes sociais (World Health Organization, 2022).

Diante desse cenário, torna-se essencial desenvolver estratégias que promovam o uso crítico e consciente das informações disponíveis nas redes sociais. A alfabetização em saúde digital emerge como ferramenta importante para capacitar os indivíduos a identificar fontes confiáveis, interpretar corretamente as informações e tomar decisões mais seguras em relação à saúde.

Portanto, compreender a influência das redes sociais no comportamento em saúde é fundamental para orientar ações educativas e preventivas. A atuação dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, deve considerar o contexto digital como parte integrante do cuidado, promovendo intervenções que reduzam os riscos associados à desinformação e incentivem o uso racional de medicamentos.

Educação e Alfabetização em Saúde: Estratégias para Prevenção de Riscos

A educação em saúde é uma ferramenta fundamental para a promoção do uso seguro de medicamentos e para a prevenção dos riscos associados à automedicação. No contexto contemporâneo, marcado pela ampla circulação de informações digitais, a educação em saúde assume papel estratégico na capacitação dos indivíduos para a tomada de decisões conscientes, informadas e seguras. Essa abordagem visa não apenas transmitir informações, mas também promover a autonomia, o senso crítico e a responsabilidade do indivíduo sobre o próprio cuidado.

A alfabetização em saúde, por sua vez, refere-se à capacidade do indivíduo de obter, compreender, avaliar e utilizar informações em saúde para tomar decisões adequadas. Esse conceito vai além da simples compreensão de textos ou orientações,

abrangendo competências cognitivas e sociais que permitem ao indivíduo navegar em diferentes fontes de informação, interpretar riscos e benefícios e aplicar esse conhecimento em situações práticas do cotidiano.

No contexto da automedicação influenciada pelas redes sociais, a alfabetização em saúde torna-se ainda mais relevante. A grande quantidade de informações disponíveis em plataformas digitais exige que o indivíduo seja capaz de distinguir conteúdos confiáveis de informações imprecisas ou enganosas. A ausência dessa habilidade pode favorecer a adoção de práticas inseguras, como o uso inadequado de medicamentos, interrupção de tratamentos ou adoção de terapias não comprovadas.

As estratégias de educação em saúde podem ser desenvolvidas em diferentes formatos, como orientações individuais durante consultas de enfermagem, rodas de conversa, oficinas educativas, materiais impressos e conteúdos digitais confiáveis. O objetivo dessas ações é fortalecer o conhecimento do paciente sobre medicamentos, esclarecer dúvidas e orientar quanto aos riscos associados ao uso inadequado, promovendo escolhas mais seguras.

Nesse contexto:

> As iniciativas de alfabetização em saúde e informação digital devem considerar as características das populações às quais se destinam. A oferta de conteúdos acessíveis e a preparação dos profissionais para reconhecer e enfrentar a desinformação integram as estratégias de qualificação da comunicação em saúde (World Health Organization, 2022, p. 122).

Outro aspecto importante da educação em saúde é o fortalecimento do pensamento crítico frente às informações disponíveis nas redes sociais. O indivíduo precisa ser capaz de questionar a origem das informações, avaliar a credibilidade das fontes e refletir sobre os possíveis riscos antes de adotar qualquer conduta relacionada ao uso de medicamentos. Esse processo contribui para reduzir a influência de informações enganosas e para promover práticas de autocuidado mais seguras.

A educação em saúde também deve considerar as particularidades de cada público-alvo. Fatores como idade, nível de escolaridade, contexto social e acesso à tecnologia influenciam a forma como as informações são compreendidas e aplicadas. Dessa forma, as estratégias educativas precisam ser adaptadas à realidade do paciente, utilizando linguagem clara, exemplos práticos e recursos acessíveis.

A educação em saúde deve valorizar o diálogo entre os conhecimentos dos profissionais e os saberes da população. A construção compartilhada do conhecimento e o respeito às experiências dos sujeitos são princípios da Política

Nacional de Educação Popular em Saúde, contribuindo para práticas participativas de cuidado (Brasil, 2013).

A educação em saúde desempenha papel importante na prevenção de eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos. Ao compreender corretamente a finalidade, a posologia, os possíveis efeitos colaterais e as interações medicamentosas, o paciente torna-se mais apto a utilizar os medicamentos de forma adequada e a reconhecer sinais de alerta que demandem avaliação profissional.

A incorporação da educação em saúde na prática da enfermagem contribui para o fortalecimento do vínculo entre profissional e paciente. Esse vínculo facilita o diálogo, permite a identificação de dúvidas e inseguranças e favorece a adesão às orientações fornecidas. Dessa forma, a educação em saúde torna-se um processo contínuo, integrado ao cuidado e centrado nas necessidades do paciente.

Portanto, a educação em saúde e a alfabetização em saúde configuram-se como estratégias essenciais para a prevenção dos riscos associados à automedicação e ao uso inadequado de medicamentos. Ao promover conhecimento, autonomia e pensamento crítico, essas ações fortalecem a segurança do paciente e contribuem para a construção de práticas de cuidado mais conscientes, seguras e responsáveis.

Atuação da Enfermagem na Orientação e Promoção do Uso Racional de Medicamentos

A atuação da enfermagem é fundamental na promoção do uso racional de medicamentos e na prevenção da automedicação, especialmente em um contexto marcado pela ampla disseminação de informações por meio das redes sociais. O enfermeiro ocupa posição estratégica no cuidado à saúde, pois mantém contato direto e contínuo com o paciente, possibilitando intervenções educativas, orientações individualizadas e monitoramento constante do uso de medicamentos. Essa proximidade permite ao profissional identificar práticas de automedicação e intervir precocemente para evitar danos.

No contexto do uso racional de medicamentos, a enfermagem desempenha papel central na orientação sobre a indicação correta dos fármacos, a importância da adesão ao tratamento prescrito, os riscos da automedicação e os cuidados necessários durante o uso de determinados medicamentos. Ao esclarecer dúvidas e corrigir concepções equivocadas, o enfermeiro contribui para a construção de práticas seguras e conscientes por parte dos pacientes, fortalecendo a segurança do cuidado.

A atuação educativa do enfermeiro deve considerar as características individuais do paciente, como nível de escolaridade, condições cognitivas, acesso à

informação e contexto social. Essas variáveis influenciam diretamente a compreensão das orientações fornecidas e a capacidade de tomar decisões adequadas em relação ao uso de medicamentos. Assim, a abordagem educativa deve ser personalizada, utilizando linguagem clara, exemplos práticos e recursos adequados ao perfil do paciente.

> Na atuação educativa da enfermagem, o diálogo permite conhecer as experiências e dúvidas dos usuários sobre medicamentos. Essa abordagem pode ser orientada pelos princípios da Educação Popular em Saúde, que valorizam a problematização da realidade, a participação e a construção compartilhada do conhecimento (Brasil, 2013, p. 182).

Além da orientação individual, a enfermagem pode desenvolver ações coletivas de educação em saúde, como palestras, grupos educativos e campanhas informativas, com foco na conscientização sobre os riscos da automedicação. Essas estratégias são especialmente importantes em ambientes comunitários e na atenção primária à saúde, onde o enfermeiro pode atuar diretamente na prevenção de comportamentos de risco relacionados ao uso inadequado de medicamentos.

Outro aspecto relevante da atuação da enfermagem é o enfrentamento da desinformação em saúde. Com o crescimento da influência das redes sociais, o enfermeiro deve estar preparado para orientar os pacientes quanto à confiabilidade das fontes de informação, incentivando a busca por conteúdos baseados em evidências científicas. Essa atuação contribui para reduzir o impacto de informações equivocadas que podem estimular a automedicação.

Nesse sentido:

> A preparação dos profissionais de saúde para identificar e esclarecer informações enganosas é uma estratégia de enfrentamento da desinformação. Na prática educativa da enfermagem, essa orientação oferece fundamento para discutir com os usuários os conteúdos de saúde recebidos pelas redes sociais (World Health Organization, 2022).

A enfermagem também desempenha papel importante na identificação precoce de práticas de automedicação. Durante consultas, visitas domiciliares ou atendimentos em serviços de saúde, o enfermeiro pode investigar o uso de medicamentos não prescritos, identificar possíveis interações medicamentosas e orientar quanto à interrupção segura de práticas inadequadas. Essa abordagem preventiva é fundamental para evitar complicações clínicas.

A comunicação efetiva é outro elemento essencial na atuação da enfermagem. O diálogo aberto, acolhedor e livre de julgamentos permite que o paciente se sinta seguro para relatar práticas de automedicação e esclarecer dúvidas. Essa relação de

confiança favorece a adesão às orientações e contribui para a construção de um cuidado centrado no paciente.

Finalizando esta parte, tem-se que a atuação da enfermagem na orientação e promoção do uso racional de medicamentos é essencial para a prevenção de riscos associados à automedicação e à desinformação em saúde. Por meio da educação em saúde, da orientação individualizada, do combate à desinformação e do acompanhamento contínuo, o enfermeiro contribui para a segurança do paciente, a promoção da saúde e a consolidação de práticas de cuidado mais conscientes e responsáveis.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A análise do material bibliográfico e documental demonstrou que a automedicação não pode ser compreendida apenas como uma decisão individual e isolada. Trata-se de um fenômeno influenciado pela facilidade de aquisição de determinados medicamentos, pela reutilização de prescrições, por experiências anteriores, por barreiras de acesso aos serviços de saúde e pela busca de respostas rápidas para sintomas cotidianos.

Freitas e Silva (2020) e Oliveira e Souza (2021) relacionam essa prática a riscos como intoxicações, reações adversas, interações medicamentosas, mascaramento de sintomas e atraso na procura por assistência. Dessa forma, a prevenção exige intervenções que considerem simultaneamente os aspectos clínicos, sociais, culturais e informacionais envolvidos no consumo de medicamentos.

Os documentos e estudos examinados também indicaram que as redes sociais ampliaram a velocidade e o alcance das informações sobre saúde. Esse ambiente pode favorecer o acesso a conteúdos educativos, mas permite igualmente a circulação de recomendações descontextualizadas, promessas de resultados imediatos e experiências pessoais apresentadas como orientações aplicáveis a todos.

Silva e Moraes (2021) ressaltam que as mídias sociais interferem na tomada de decisão sobre medicamentos, enquanto Souza e Barbosa (2021) destacam o desafio imposto aos profissionais diante da qualidade variável das informações divulgadas. Assim, a influência digital se torna problemática quando popularidade, linguagem persuasiva ou número de compartilhamentos são interpretados como sinais de credibilidade científica.

A relação entre desinformação digital e automedicação mostrou-se particularmente relevante porque o usuário pode passar diretamente da exposição a um conteúdo para o autodiagnóstico e para a escolha de um fármaco. Nesse percurso,

contraindicações, dosagens, duração do tratamento, interações e condições clínicas individuais tendem a ser desconsideradas.

O risco não está somente na existência de informações incorretas, mas na ausência de mediação profissional capaz de contextualizá-las. Tal constatação reforça que a orientação não deve se limitar à proibição da automedicação: é necessário explicar por que uma indicação encontrada na internet pode não ser segura para outra pessoa ou situação clínica.

Nesse cenário, a alfabetização em saúde e a alfabetização digital constituem dimensões complementares da prevenção. Nascimento e Lima (2021) defendem que o uso seguro de medicamentos depende da capacidade de acessar, compreender e aplicar informações em saúde. No contexto das redes sociais, essa competência inclui reconhecer autoria, finalidade comercial, data, evidências apresentadas e confiabilidade da fonte.

As ações educativas, portanto, precisam desenvolver pensamento crítico e autonomia responsável, orientando o usuário a confirmar informações com profissionais habilitados e a não substituir avaliação clínica por publicações, vídeos ou depoimentos online.

Os achados apontaram a enfermagem como área estratégica para transformar essas necessidades em cuidado concreto. A proximidade do enfermeiro com indivíduos, famílias e comunidades, sobretudo na Atenção Primária à Saúde, favorece a identificação do uso de medicamentos sem orientação, da interrupção de tratamentos e da reprodução de recomendações digitais.

Conforme discutem Gomes e Oliveira (2020), a educação em saúde integra a prática de enfermagem e permite articular conhecimento técnico, comunicação e realidade sociocultural. Durante consultas, acolhimentos e visitas domiciliares, perguntas sobre medicamentos utilizados e fontes consultadas podem revelar condutas de risco que permaneceriam ocultas em uma abordagem restrita à queixa principal.

A orientação de enfermagem deve abranger a finalidade do medicamento, a forma correta de uso, os possíveis efeitos adversos, as interações e os sinais que exigem avaliação profissional. Também deve ocorrer de maneira acolhedora e sem julgamento, pois respostas punitivas podem levar o paciente a omitir práticas de automedicação.

O diálogo qualificado favorece o esclarecimento de dúvidas e a tomada compartilhada de decisões. Em consonância com Santos e Ferreira (2021), ações individuais podem ser associadas a rodas de conversa, campanhas, materiais

educativos e atividades comunitárias, ampliando o alcance das informações sobre uso racional de medicamentos.

A prevenção também demanda presença responsável da enfermagem nos espaços digitais. A produção e o compartilhamento de conteúdos claros, acessíveis e baseados em evidências podem funcionar como contraponto à desinformação, desde que respeitem os limites éticos da comunicação em saúde e não substituam a avaliação individual.

Essa atuação pode incluir a indicação de canais institucionais, o esclarecimento de dúvidas frequentes e o ensino de critérios simples para verificar fontes. Desse modo, o ambiente digital deixa de ser tratado somente como fator de risco e passa a constituir espaço possível de promoção da saúde e segurança do paciente.

Em síntese, a pesquisa identificou convergência entre os materiais analisados: as redes sociais podem potencializar a automedicação, mas seus efeitos são mediados pelo acesso aos serviços, pelo conhecimento do usuário, pela percepção de risco e pela qualidade das orientações recebidas. A enfermagem contribui para interromper esse percurso por meio da identificação precoce, da educação em saúde, da comunicação terapêutica e do incentivo à avaliação crítica das informações.

Por se tratar de uma síntese bibliográfica e documental, os resultados não estimam prevalência nem estabelecem causalidade em uma população específica; contudo, oferecem fundamentação consistente para planejar intervenções educativas, qualificar o cuidado e orientar futuras investigações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo alcançou o objetivo de analisar a atuação da enfermagem na prevenção da automedicação diante dos impactos das redes sociais na escolha de medicamentos. A análise evidenciou que a circulação de conteúdos sem validação científica, associada à facilidade de acesso a fármacos e à busca por soluções imediatas, pode favorecer autodiagnósticos, escolhas inadequadas e danos evitáveis à saúde. Também demonstrou que a influência digital deve ser compreendida em conjunto com fatores sociais, culturais, educacionais e de acesso aos serviços.

Conclui-se que o enfermeiro desempenha papel essencial na identificação de práticas de risco, na orientação sobre o uso correto dos medicamentos e no desenvolvimento da alfabetização em saúde digital. Consultas, acolhimentos, visitas domiciliares, atividades coletivas e conteúdos educativos em meios digitais constituem oportunidades para esclarecer dúvidas, estimular a verificação de fontes

e fortalecer decisões seguras. Para isso, a comunicação deve ser acessível, acolhedora, baseada em evidências e adaptada às necessidades de cada público.

O caráter bibliográfico e documental não reduz a qualidade ou a relevância da pesquisa. Ao reunir e interpretar criticamente produções científicas e documentos institucionais, esse delineamento possibilitou identificar convergências, organizar conhecimentos e construir uma compreensão fundamentada sobre o problema. Suas limitações decorrem da dependência do conteúdo e do alcance das fontes analisadas e da impossibilidade de mensurar comportamentos em uma população específica, não de uma perda de rigor científico.

Recomenda-se fortalecer a capacitação dos profissionais de enfermagem para o enfrentamento da desinformação, incorporar perguntas sobre fontes digitais e automedicação às práticas assistenciais e ampliar ações educativas sobre uso racional de medicamentos. Estudos futuros poderão complementar estes achados por meio de investigações empíricas sobre perfis de usuários, tipos de conteúdos consumidos e efetividade das intervenções educativas, respeitando os procedimentos éticos aplicáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Anvisa alerta para riscos do uso indiscriminado de medicamentos**. Brasília, DF: Anvisa, 5 abr. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-alerta-para-riscos-do-uso-indiscriminado-de-medicamentos. Acesso em: 18 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/13151.html. Acesso em: 18 out. 2026.

FREITAS, M. A.; SILVA, R. P. Automedicação e riscos à saúde: uma revisão integrativa. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2735-2745, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/csc. Acesso em: 9 nov. 2026.

GOMES, L. C.; OLIVEIRA, T. F. O papel da enfermagem na educação em saúde: práticas e desafios. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 6, p. 89-98, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/reben. Acesso em: 9 nov. 2026.

NASCIMENTO, J. P.; LIMA, A. R. Alfabetização em saúde e uso seguro de medicamentos. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 321-330, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/sdeb. Acesso em: 9 nov. 2026.

OLIVEIRA, L. F.; SOUZA, A. C. Automedicação: impactos na saúde e desafios para a assistência. **Revista de Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 44-52, 2021. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem. Acesso em: 9 nov. 2026.

SANTOS, D. R.; FERREIRA, L. M. Educação em saúde e prevenção da automedicação. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 77-86, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/rbem. Acesso em: 9 nov. 2026..

SILVA, A. C.; MORAES, F. B. Redes sociais e saúde: impactos na tomada de decisão sobre o uso de medicamentos. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 34, n. 2, p. 119-129, 2021. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/RBPS. Acesso em: 9 nov. 2026..

SOUZA, P. R.; BARBOSA, R. M. Informação em saúde nas redes sociais: desafios para profissionais de saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/icse. Acesso em: 31 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO policy brief: COVID-19 infodemic management, 14 September 2022**. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Policy_Brief-Infodemic-2022.1. Acesso em: 18 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Regional Office for Europe. **Control antibiotic misuse or the drugs won't work, warn WHO experts**. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 23 nov. 2023. Disponível em: https://www.who.int/europe/news/item/23-11-2023-control-antibiotic-misuse-or-the-drugs-won-t-work--warn-who-experts. Acesso em: 18 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Antimicrobial resistance**. Geneva: WHO, 16 jul. 2026. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/antimicrobial-resistance. Acesso em: 9 nov. 2026.